

p2

# Congresso vota

JORNAL DE BRASÍLIA  
06 DEZ 1991

*Carrion Júnior*

Passada a fase da obstrução parlamentar promovida pelas oposições e que durou quase duas semanas, com o objetivo de tentar derrubar os vetos da política salarial, volta, agora, a Câmara Federal a um ritmo acelerado de votações.

Na próxima semana, projetos de importância como participação dos empregados no lucro; ajuste fiscal, incluindo grandes fortunas e Imposto Territorial Rural, além de reformulação no Finsocial e, provavelmente, a Lei Orgânica dos Partidos, além de muitos pequenos projetos, deverão completar a pauta da última semana junto com a votação do Orçamento para 92.

Para muitos passa a idéia de que faltaria tempo para todas estas votações. Contudo, a verdade é um pouco diferente: se o problema fosse simplesmente o ato de votar, em uma tarde todos estes projetos seriam votados. O que falta não é propriamente tempo para a votação, mas entendimento na sociedade sobre estas matérias, já que normalmente são as próprias partes interessadas que solicitam o adiamento destas votações, na busca de um maior entendimento e aproximação de divergências, evitando assim o maior confronto e os riscos recíprocos do tudo ou nada que uma votação conduz.

Neste ano, Câmara e Senado alcançarão a marca aproximada de 150 projetos votados, além daqueles aprovados nas comissões técnicas que hoje têm efeito terminativo para bom número deles, vale dizer, se não houver contestação à aprovação nas comissões é suficiente, e não necessitam passar pelo Plenário.

Pode parecer até um número diminuto diante dos problemas do País, mas é bom lembrar que países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Inglaterra, para exemplificar, raramente votam mais de 10 projetos em um ano e têm menos da metade do ano para atividades de votação, ficando a outra para atuar junto a suas regiões.

Além destes projetos previstos e que provavelmente serão votados, é bom lembrar alguns projetos importantes aprovados este ano como inquilinato, informática, eleitoral, do empregado doméstico e do custeio da Previdência.

E é bom que se diga que isto foi feito a despeito da inexistência de uma maioria clara de nenhuma das partes, este sim um obstáculo importante ao funcionamento do Congresso e isto acontece porque eleitor assim o quis. Neste sentido, o que falta realmente no Congresso não é tempo, mas é maioria e consenso. Para o que tem de singelo e simples o ato de votar, tem de complicado o ato de negociar, especialmente quando nenhum partido ou Governo conseguiu maioria dos eleitores.

Um país que levou ao extremo as suas diferenças sociais e que, agora, ainda aceitou ser um mero aplicador da receita de recessão do FMI, agravando mais a crise social, dificilmente permitirá que alguma atividade importante seja bem-sucedida e menos ainda aquela que é a mais complexa e que se alicerça no debate e no consenso: a atividade legislativa.

Carrion Júnior, economista, é deputado federal pelo PDT-RS